

36 quanto antes para os encaminhamentos de alteração do Código Penal. Após o
37 Conselheiro Alamiro comentou sobre sua ausência nas duas ultimas reuniões que se
38 deu por motivos de trabalho. Em seguida sugeriu ofício endereçado ao Conselheiro
39 Alvino parabenizando-o pela aposentadoria e os trabalhos prestados à comunidade
40 científica enquanto professor. O Presidente Interino encarregou o próprio Conselheiro
41 Alamiro para apresentar a minuta do referido ofício. O Conselheiro Augusto Rossini se
42 manifestou no sentido de que os próprios membros, ao se considerarem contrários às
43 propostas de alteração do Código Penal, em trâmite no Senado Federal, não se
44 manifestem enquanto CNPCP, pois o referido colegiado é de consulta do Ministro da
45 Justiça, do Poder Executivo, enquanto as alterações do Código Penal são de
46 competência do Poder Legislativo. Assim sugere que os encaminhamentos sejam feitos
47 por meio da Secretaria de Assuntos Legislativos. O Conselheiro Pedro Sérgio se propôs
48 a fazer um texto de ante projeto de lei que trata dos prazos do habeas corpus. O
49 Presidente Interino aprovou a ideia e incumbiu o próprio conselheiro para redigir a
50 tarefa. A Conselheira Maria Ivonete cumprimentou os demais membros. O Conselheiro
51 Augusto Rossini comunicou sobre os números e indicadores do Infopen. O Presidente
52 Interino elencou que poucos juízes respondem o anexo do Decreto de Indulto,
53 acarretando informações imprecisas acerca da porcentagem de beneficiados pelo
54 Benefício Natalino. Em seguida, o Presidente Interino iniciou a votação da pauta da
55 Trecentésima Octogésima Sexta Reunião Ordinária, sendo aprovada pelos membros.
56 Após, o Presidente Interino solicitou ao Conselheiro Milton Jordão a abertura das
57 discussões acerca do Decreto de Indulto de dois mil e doze. O Conselheiro falou da
58 composição da Comissão de Decreto de Indulto. Disse que a audiência pública do
59 indulto contou com a participação de várias autoridades de vários Estados e foi muito
60 proveitosa e deu para colher várias informações. Em continuidade, o Conselheiro Davi
61 Tangerino apresentou, pontualmente, as sugestões e manifestações que o CNPCP
62 recebeu sobre o assunto, bem como relatou seu respectivo voto quanto a cada artigo da
63 minuta do Decreto de Indulto. O Conselheiro Rossini disse que no período da tarde não
64 poderá permanecer na reunião devido a um compromisso da Casa Civil e solicitou que
65 após a sua saída seu voto constasse como abstenção nos demais artigos e incisos. Ao
66 final da discussão do decreto de indulto, que faltava somente o artigo oitavo inciso
67 primeiro, o Presidente Interino solicitou que a discussão fosse postergada para manhã
68 de terça-feira. Aprovado. Em ato continuo, o Presidente Interino deu seguimento à
69 reunião passando a palavra ao Conselheiro Alamiro, o qual relatou o processo número
70 08027.000548/2008-29, referente à alteração da Lei Execução Penal que propõe a

71 implementação de unidade prisional denominada escola-trabalho. O conselheiro de
72 parecer contrário. Após deu-se a votação, aprovado à unanimidade. Em seguida o Vice-
73 presidente encerrou a sessão do primeiro dia de reunião ordinária deste Conselho. Na
74 manhã de terça-feira, dia vinte e oito de agosto de dois mil e doze, inicia o segundo dia
75 de reunião. O Presidente Conselho explicou a sua ausência, pois foi devida aos
76 trabalhos de seu tribunal. Após deu início aos trabalhos passando a palavra ao
77 Conselheiro Marden para apresentação do relatório de inspeção prisional de alagoas. O
78 Conselheiro relatou sobre os achados e após fez as recomendações a quem de direito.
79 Após o relatório foi aprovado à unanimidade. Em seguida o Presidente retomou a única
80 deliberação que faltava do projeto de decreto de indulto, passando a palavra ao
81 Conselheiro Davi. O Conselheiro fez as explanações quanto ao artigo oitavo inciso
82 primeiro. Após foi discutido. E em seguida tendo por fim aprovado, com as devidas
83 ressalvas, todo o Projeto de Decreto de Indulto de dois mil e doze. Em seguida o
84 Presidente fez os agradecimentos à comissão de elaboração do Decreto de Indulto
85 parabenizando-os todos os integrantes pelo empenho aos trabalhos prestados. Após o
86 Presidente passou a palavra ao Conselheiro Luiz Guilherme. O Conselheiro teceu
87 comentários ao ofício que será encaminhado ao Presidente do Senado Federal e aos
88 membros da Comissão de Reforma do Código Penal. O intuito de encaminhamento
89 deste ofício é que este Conselho possa oferecer contribuições sobre as emendas ao
90 projeto de reforma do código penal. Após o Presidente deu seguimento aos trabalhos
91 comentando sobre o Estatuto Nacional Penitenciário que foi recheado de considerações
92 e que será encaminhado ao Secretário de Assuntos Legislativos, Doutor Marilvado, para
93 possíveis providências junto ao Poder Legislativo. Após o Presidente deu continuidade
94 aos trabalhos e deu posse à nova Conselheira deste Conselho, a Doutora Fabiana
95 Costa de Oliveira Barreto. A Conselheira assinou o termo de posse. Em seguida, o
96 Conselheiro Augusto Rossini manifestou boas-vindas à recém conselheira. Após, a
97 conselheira empossada agradeceu as homenagens pela posse. O Vice-Presidente
98 também expressou a contribuição que a conselheira prestará ao colegiado. Os
99 conselheiros Alamiro e Luiz Guilherme também manifestaram boas-vindas. Em
100 prosseguimento, o Conselheiro Pedro Sérgio parabenizou a nova Conselheira e em
101 seguida relatou sobre o processo 08037.000591\2012-51, cujo objeto é parceria pública
102 privada no sistema prisional. Houve discussão. E em seguida Aprovado. Após o
103 Presidente continuou os trabalhos e concedeu a palavra a Doutora Heloisa Adário que
104 fez a apresentação sobre o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional -
105 Alternativas Penais. Após as discussões o Presidente instituiu a Comissão de Trabalho

106 referente aos avanços das Alternativas Penais. Integram a Comissão: como Presidente
107 a Conselheira Fabiana Barreto; e como membros os Conselheiros: Rodrigo Roig, Davi
108 Tangerino e Herbert Carneiro. Em seguida o Presidente seguiu os trabalhos passou a
109 palavra para a convidada Doutora Vera Muller que fez comentários sobre a atuação
110 deste Conselho na política criminal nacional. Em seguida o Presidente passou a palavra
111 ao Conselheiro Rodrigo que sugeriu a modificação do artigo 1º do Projeto de Decreto de
112 Indulto esclarecendo que o presente Decreto refere-se à Indulto Coletivo. A sugestão
113 tem o intuito de esclarecer a diferença da graça, que é o indulto individual. Aprovado.
114 Após o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125

Herbert José Almeida Carneiro

Presidente do CNPCP

Publicado no DOU, de 07/11/2012, pagina 31 e 32– Seção 1 - ISSN 1677-7042 – nº 215

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
pelo código 00012012103100061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.